



A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM IN CHILDHOOD EDUCATION

LA INCLUSIÓN DE LOS NIÑOS CON AUTISMO EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

Josilania Alves Moreira Silva¹, Daniela Soares Leite²

e3102003

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i10.2003>

PUBLICADO: 10/2022

RESUMO

Este trabalho buscou conhecer a importância da inclusão de crianças com autismo ainda na educação infantil, mostrando os empecilhos encontrados pelos docentes e pela escola durante o processo de inclusão dentro da sala de aula, considerando seus conhecimentos e seus ajustes curriculares. Fez uma análise da inclusão de forma consciente, mostrando que não basta só incluir, é preciso que a escola ofereça paradigmas para que a inclusão abranja todos os envolvidos de forma precisa. Foi realizado um estudo bibliográfico qualitativo, exploratório, documental e de revisão bibliográfica narrativa, onde os autores serviram como base para fundamentação teórica deste artigo. Durante a pesquisa, vários artigos sobre o tema foram escolhidos através de palavras chaves no Google acadêmico e selecionados apenas os mais relevantes para a construção do estudo. Os resultados de pesquisa mostraram que existem muitos empecilhos tanto da escola, quanto do professor para incluir, que acaba refletindo sobre o aluno. Com este estudo pretende-se contribuir para reflexão da importância da Inclusão na Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Inclusão educacional. Autismo.

ABSTRACT

This paper sought to understand the importance of including children with autism in early childhood education, showing the obstacles encountered by teachers and the school during the process of inclusion in the classroom, considering their knowledge and curriculum adjustments. It made an analysis of inclusion in a conscious way, showing that it is not enough just to include it is necessary that the school offers paradigms so that inclusion includes everyone involved in a precise way. A qualitative, exploratory, documentary, and narrative bibliographic review study was carried out, where the authors served as a basis for the theoretical foundation of this article. During the research, several articles on the theme were chosen through key words in Google academic and only the most relevant were selected for the construction of the study. The results of the research showed that there are many obstacles both in the school and in the teacher to include, which ends up reflecting on the student. This study intends to contribute to the reflection on the importance of inclusion in early childhood education.

KEYWORDS: Early childhood education. Educational inclusion. Autism.

RESUMEN

Este estudio buscó comprender la importancia de la inclusión de los niños con autismo en la educación infantil, mostrando los obstáculos encontrados por los profesores y la escuela durante el proceso de inclusión en el aula, considerando sus conocimientos y ajustes curriculares. Hizo un análisis de la inclusión de manera consciente, mostrando que no basta con incluir, es necesario que la escuela ofrezca paradigmas para que la inclusión abarque a todos los involucrados de manera precisa. Se ha realizado un estudio cualitativo, exploratorio, de revisión bibliográfica documental y narrativa, en el que los autores han servido de base para la fundamentación teórica de este artículo. Durante la investigación, se eligieron varios artículos sobre el tema a través de palabras clave en Google académico y se seleccionaron sólo los más relevantes para la construcción del estudio. Los

¹ Pedagoga. Especialização em Transtorno do Espectro Autista: intervenções multidisciplinares em contextos Intersetoriais. Universidade do Estado do Pará – Marabá/PA.

² Professora Doutora. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Campus VIII. Universidade do Estado do Pará – Marabá/PA.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

resultados de la investigación mostraron que hay muchos obstáculos tanto en la escuela como en el profesor para incluir, lo que acaba reflejándose en el alumno. Con este estudio pretendemos contribuir a la reflexión sobre la importancia de la inclusión en la educación infantil.

PALABRAS CLAVE: *Educación de la primera infancia. Inclusión educativa. Autismo.*

1 INTRODUÇÃO

O tema apresentado é a inclusão de crianças com autismo na educação infantil, onde será destacada a importância desta inclusão de forma adequada e consciente, tendo sempre como ponto principal entendimento as necessidades e os interesses do educando e do educador no processo de ensino aprendizagem. Partindo desta perspectiva, este trabalho trouxe como base a seguinte problemática, que muito contribuiu para sua elaboração: Qual a importância da inclusão de crianças com autismo na educação infantil? Sabe-se, que a inclusão nessa Etapa não é tão simples, pois essa fase é exatamente o momento em que se está descobrindo os primeiros sintomas do autismo na criança, por isso a inclusão nessa Etapa da Educação é um processo desafiador. O aluno com autismo necessita muito do olhar especial, tanto da escola, quanto do professor, pois na maioria das vezes, ele sente dificuldade de se relacionar ou comunicar com outras pessoas, sendo que nem sempre usa a fala como meio de comunicação. Para Cunha (2011, p. 20), “o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restritas repetitivas”.

Os objetivos específicos abrangem: analisar a inclusão como atitude pedagógica do professor na educação infantil, considerando o aluno como um sujeito ativo e reflexivo no processo de ensino-aprendizagem; analisar aspectos sobre o desenvolvimento e aprendizagem da criança com autismo na educação infantil, focando nas suas características, necessidades e interesses; identificar as dificuldades do professor e da escola no processo de inclusão de alunos com TEA.

Ao observar a inclusão na Educação Infantil, bem como a estrutura limitada da escola quando se trata de inclusão e a dificuldade de incluir do professor, notou-se a viabilidade de elaborar um projeto de pesquisa com ênfase na disseminação do conhecimento sobre a importância da inclusão às diversas áreas da Educação, mas especificamente, nessa fase.

Este trabalho tem como alvo justificar o papel da inclusão analisados durante a pesquisa e aplicá-la a uma coleção de estampas contínuas, visando a disseminação tanto do tema, quanto dos conceitos estabelecidos até o momento sobre a importância da inclusão de crianças com autismo ainda na Educação Infantil.

Como um incentivo a mais que amplia a importância desse trabalho, observou-se que este aborda características de cada criança autista no contexto escolar, o que pode facilitar o trabalho do professor ao ensiná-los.

Esse trabalho visa ainda mostrar quais são os desafios mais frequentes na educação infantil para os alunos autistas, bem como os sintomas, interação e comunicação do aluno. São apontados ao longo desse trabalho, algumas práticas pedagógicas que permitem a inclusão do aluno autista na



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

rotina escolar e os possíveis efeitos dessas práticas. Para acontecer esta inclusão na educação infantil é fundamental que o professor identifique a sua própria concepção sobre o autismo e sua relação com a cultura, a infância, a sociedade, a educação e seus desafios e avanços teóricos, práticos, políticos e ideológicos. Estudos apontam que cada criança é diferente e, por isso se faz necessário que o professor e a escola identifiquem a necessidade de cada um para desenvolver um processo de ensino-aprendizagem adequado, que busque estimular as competências e habilidades, subsidiando o processo de adaptação, levando em conta sempre o conhecimento que o aluno já traz consigo.

Oferecer espaço de conversa para o aluno se expor, por meio da fala, de desenhos e brincadeiras, ou melhor, da forma de se adaptar para que a escola possa incluí-lo e que não deixe de fora todas as suas necessidades.

Busca ampliar uma visão existente sobre a inclusão e dialogar com todos que participam direta ou indiretamente na educação dessas crianças e acreditam poder mediar à construção do conhecimento sistematizado pela escola, pelo currículo, observando o desenvolvimento da autonomia e da criticidade. Apresenta-se a organização da prática educativa escolar da inclusão com orientações educativas para as linguagens inclusivas. Como área integrante do currículo escolar desde a educação infantil, a inclusão exige docentes especializados, que saibam também situar-se criticamente com relação às questões teóricas, metodológicas, sociais e culturais.

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram coletados através de estudos a respeito do tema abordado, tendo o suporte bibliográfico como a base para compreender a realidade estudada. Estes métodos foram relevantes para as considerações finais do estudo.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada trata-se de um estudo qualitativo, exploratório, documental e de revisão bibliográfica narrativa, que se valeu da convenção das pesquisas, e as fontes empregadas para arrecadar dados de pesquisa foram às fontes primárias e secundárias advindas de livros, internet, apostilas e monografias, jornais, revistas, filmes e contribuições de teóricos. A finalidade deste é traçar um “padrão” que possa ser trabalhado como exemplo e aplicado junto aos objetos empíricos. A pesquisa foi baseada em obras de autores. Inicialmente foi pesquisado o material na barra de pesquisas do Google Acadêmico com palavras-chave sobre o tema, lido, assistido e descartado o menos relevante, onde levou um grande período de estudo e dedicação. Posteriormente, foi realizada a construção do trabalho baseado nos conteúdos selecionados e com suporte dos teóricos, como Friedmann, Belizário Júnior, Moriña, Meneses, Mantoan, Cunha, Hocchman, Marchesi, Gauderer, Santo e Coelho entre outros pensadores que elaboraram trabalhos pertinentes ao assunto. É importante salientar que o apoio desses autores foi fundamental para que a pesquisa fosse desenvolvida. Todos foram escolhidos por estarem enquadrados como núcleos atuantes e em constante trabalho dentro da inclusão, explicando claramente como e quando deve ser feita a inclusão do aluno no contexto escolar de forma proveitosa. Partindo desses pressupostos apresentados pelos autores, o trabalho analisa o perfil destes objetos empíricos, compreendendo

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

todo o estudo realizado, assim como a importância que a inclusão possui para a construção do conhecimento do aluno autista.

Considera-se que a metodologia utilizada aqui é indispensável para o desenvolvimento das pesquisas e apreciações. Sabe-se, que a inclusão nessa fase não é tão simples assim, pois é exatamente o momento em que está descobrindo os primeiros sintomas do autismo na criança, por isso a inclusão nessa etapa da educação é um processo desafiador.

A pesquisa se classifica em exploratória e descritiva, numa abordagem qualitativa narrativa. Gil (2002, p. 42) descreve a pesquisa exploratória como: desenvolvidas com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Foi selecionada a pesquisa exploratória, por esta procurar a aproximação com a situação possibilitando uma maior busca de informações. A pesquisa com enfoque qualitativo procura responder questões referentes aos desafios da inclusão de criança com autismo na educação infantil, preocupando-se com os aspectos da realidade, centrando-se na compreensão e explicação das relações sociais. Segundo Minayo (2001), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. Strieder (2009, p. 45) afirma que:

A pesquisa qualitativa caracteriza-se por considerar o ambiente natural como fonte de dados, tendo o pesquisador como instrumento fundamental. Por ter caráter descritivos, tem como preocupação maior captar o significado que as pessoas atribuem aos fenômenos é a sua vida, portanto, estuda e reflete os valores, as crenças, a opiniões, as atitudes, as aspirações e as representações dos sujeitos.

É sabido que a pesquisa documental utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente. A pesquisa documental aqui foi escolhida porque para realização deste, foi recorrida também as fontes mais diversificadas, como jornais, revistas e filmes. conforme o que diz Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc.

A pesquisa documental acontece quando os documentos analisados são atuais ou antigos, e podem ser usados para contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou grupo de pessoas, em determinado momento da história.

O estudo qualitativo foi utilizado com a finalidade de analisar os valores de uma obra sobre o autismo através de um estudo profundo da inclusão, partindo de uma revisão bibliográfica narrativa, composta pelos principais autores da área.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados e discutidos a partir de estudo e do referencial teórico referentes ao tema abordado. Para Santo e Coelho (2006), o autismo é descrito como uma doença qualificada por um desenvolvimento intelectual alterado que afeta a capacidade de socialização. Segundo estudos o autismo é uma anormalidade grave, marcado por severos problemas de comunicação, comportamento e incapacidade de relacionar-se com as pessoas de forma normal.

Hocchman (2009, P. 27) diz que “é considerado portador do autismo a criança que tem dificuldades específicas de se comunicar e de socializar, que apresenta interesses restritos e comportamentos estereotipados, tendo iniciado com essas dificuldades antes dos três anos e fixado até a idade adulta”. Para Gómez e Terán, (2014, p. 446) “o autismo é uma composição distinguida por uma alteração no contato com a realidade, onde o indivíduo tem grande dificuldade de se relacionar com outras pessoas”. E essa dificuldade estar vinculada ao processo de desenvolvimento da pessoa, desde a infância. Para Cunha, (2011, p. 20) “o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restritas repetitivas”.

Durante esse estudo foram observados muitos empecilhos, onde se percebe que a escola pública ainda não está totalmente preparada para receber crianças portadoras do TEA, tornando dificultoso o trabalho do professor e a aprendizagem do aluno.

Observou-se que nem todos os alunos da rede pública brasileira portadores dessa necessidade educacional possuem cuidadores e quando tem a maioria não conhece as necessidades específicas dessas crianças, e muitas vezes nem o próprio professor possui formação específica que inclui o autismo, pois, para trabalhar com a criança com autismo se faz necessário que o professor estude sobre essa síndrome e suas características, pois assim, saberá de fato como lidar na sala de aula com os portadores do autismo e qual a forma certa de ensiná-los. Para Marchesi (2006, p. 98):

É papel do professor, não apenas transmitir conhecimento a seus alunos, mas, também é função dele desenvolver habilidades que colabore para o desenvolvimento do aluno autista na aquisição do saber: do diálogo, da capacidade de estimular o interesse em aprender, cuidar do desenvolvimento afetivo e moral, atenção à diversidade de alunos, a gestão da aula e o trabalho em equipe.

Mas, entre os principais resultados dessa pesquisa está o fato de que a escola e professores estão buscando mais e mais conhecimentos sobre o autismo na Educação Infantil para que assim se possa trazer um ensino de qualidade para os alunos portadores dessa síndrome.

3.1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Para Gómez e Terán (2014, p. 446) “o autismo é uma composição distinguida por uma alteração no contato com a realidade, onde o indivíduo tem grande dificuldade de se relacionar com outras pessoas”. E essa dificuldade estar vinculada ao processo de desenvolvimento da pessoa, desde a infância. Para Cunha (2011, p. 20) “o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

dificuldades na interação social e atividades restritas repetitivas”. APA (2013) *apud* Zanon, Backes e Boza (2014, p. 25):

[a]s manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo.

Para Mantoan (1997, p. 13):

O autismo é definido pela organização mundial de saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos, caso se adote um critério de classificação rigorosa é três vezes maior se considerar casos correlatados, isto é, necessitem do mesmo tipo de atendimento.

Teles (2015, p. 216) esses são alguns sintomas do TEA na infância:

- Dificuldade no contato visual;
- Dificuldade em imitar caretas e expressões faciais;
- Parecem surdas, algumas apresentam surdez;
- Não atendem quando são chamados pelo nome;
- Não respondem a sorrisos;
- Não se sentem à vontade com abraços e beijos e toques;
- Não balbuciam, apresentam ecolalia;
- Não apontam para chamar atenção das pessoas;
- Mostram reações de agressividades parecendo birras quando sua rotina sofre alterações;
- Apresentam dificuldades de compreender metáforas e ironias (linguagem concreta);
- Não mudam o comportamento na presença de outra pessoa;
- Não fazem brincadeira de faz de conta;
- Batem palmas, balançam o tronco como pêndulo;
- Substituir o pronome eu por ele;
- Não fazem amigos;
- Brincam de forma diferente com objetos, seus interesses são apenas por parte do objeto ficando horas observando os movimentos circulares (hélice de ventilador, roda de carro), empilham brinquedos, alinham carrinhos e organizam por cores;
- Parece ser resistente a dor;
- Algumas crianças podem ter: a visão, audição, tato, olfato, ou paladar excessivamente sensível (aumentado ou diminuído);
- Mostra falta de empatia;
- Não se assusta com sons altos;
- Necessidades intensa de repetição;
- Perda de habilidades sociais e de comunicação em qualquer idade;
- Não pronunciam frases composta de pelo menos duas palavras aos 24 meses;
- Não balbuciam aos 12 meses;
- Não gesticulam aos 12 meses.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

O aluno com autismo necessita muito do olhar especial, tanto da escola, quanto do professor, pois na maioria das vezes, ele sente dificuldade de se relacionar ou comunicar com outras pessoas, sendo que nem sempre usa a fala como meio de comunicação. De acordo com a fala de Menezes (2012, p. 25):

O autista sente dificuldade em se relacionar ou se comunicar com outras pessoas, uma vez que ele não usa a fala como um meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ele e que não interage fora dele.

Pois a inclusão exige do professor a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de seus alunos e não apenas no conteúdo, com ênfase na aprendizagem e não apenas ainda no ensino, deslocando assim o eixo da ação pedagógica de ensinar para o aprender, não somente referindo-se à aprendizagem do aluno em si, como também a do professor, pois é ele o elemento mediador do processo. Sabe-se que o processo de ensino-aprendizagem dessas crianças é um processo bem desafiador, pois eles vivem em um mundo muito confuso e tentam se apegar as poucas coisas que conseguem entender. Para Gauderer (1985, p. 119):

Como vivem em um mundo muito confuso, é compreensível que crianças autistas tentem se apegar às poucas coisas que conseguem entender. Elas gostam de manter as mesmas rotinas, uma leve mudança pode provocar gritos e acessos de raiva. Também se tornam bastante apegadas a objetos, que podem ser brinquedos comuns ou coisas aparentemente sem atrativos.

Para trabalhar com a criança com autismo se faz necessário que o professor estude sobre essa síndrome e suas características, pois assim, saberá de fato como lidar na sala de aula com os portadores do autismo e qual a forma certa de ensiná-los. Para Klin (2006, p. 8):

Há uma variação notável de sintomas no autismo. As crianças com funcionamento mais baixo são alto de funcionamento e são pouco mais velhas, seu estilo de vida social é diferente, no sentido de que elas podem-se interessar pela interação social, mas não podem iniciá-las ou mantê-la de forma típica. O estilo social de tais indivíduos foi denominado 'ativo, mas estranho, no sentido de que eles geralmente têm dificuldade de regular a interação social após essa ter começado. As características comportamentais do autismo se alternam durante o curso do desenvolvimento.

Tanto a escola, quanto o professor, precisam obrigatoriamente conhecer seus alunos para assim, mediante as necessidades de cada um, oferecer uma educação inclusiva de qualidade. Para Gauderer 2011, p. 14:

A incapacidade de desenvolver um relacionamento interpessoal se mostra na falta de resposta ao contato humano e no interesse pelas pessoas, associada a uma falha no desenvolvimento do comportamento normal, de ligação ou contato. Na infância, estas deficiências se manifestam por uma inadequação no modo de se aproximar, falta de contato visual e de resposta facial, indiferença ou aversão a afeto e contato físico.

Para trabalhar com crianças com autismo exige uma boa preparação além da efetividade por parte do professor Gauderer (2011, p. 127):



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

Educar uma criança, por mais difícil que seja, aumenta o sentimento de amor na maioria das pessoas. Os pais sentem que a criança é parte deles e da família, não querendo que ela vá embora. Além disso, a criança autista pode ser bastante cativante e sua própria impotência e confusão faz brotar emoções profundas nos que lidam com ela. Então, quando começam a fazer progresso, a alegria que cada pequeno passo avante traz, parece muitas vezes maior do que é dado por uma criança normal.

É desafiador trabalhar com autista na educação infantil, porém é muito gratificante, uma vez que, cria laços de afinidade e carinho por parte deles para com o professor.

3.2 QUAL A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

O papel da inclusão na Educação Infantil é propiciar a criança uma aproximação à realidade na qual ela precisa estar inserida, pois, a inclusão ainda nessa fase, facilita a vida de todos os envolvidos nesse processo.

Para que a inclusão na educação infantil ocorra de forma adequada, exige um planejamento no âmbito estrutural pedagógico para que o processo de contenção ocorra de forma significativa. Conforme Vygotsky (1984, p. 18):

[...] na instituição chamada escola ensinar e aprender é fruto de um trabalho coletivo. Aprendiz e mestres celebram o conhecimento a cada dia, quando ensinam e quando aprendem, cabe ao professor mediador organizar estratégias que permitam a manifestação das concepções prévias dos alunos.

Vale ressaltar que na Educação Infantil é onde acontece a alfabetização, por isso pode-se incluir nos conteúdos, a ludicidade que é a linguagem principal das crianças, onde inclui: os jogos, o rabisco, os desenhos, a brincadeira e muito mais e são conteúdos diversificados que pode incluí-los no processo de inclusão, e se inseridos de forma correta beneficiarão a todos.

A inclusão de alunos autistas na educação infantil auxilia na construção do conhecimento, tornando assim, a aprendizagem mais fácil e prazerosa. Sendo que quando a teoria está aliada à prática por meio da interação, a aprendizagem tende a ocorrer de forma mais significativa.

É necessário envolver os alunos com materiais concretos como jogos e brincadeira, com o intuito de promover uma familiarização com o universo inclusivo. Vygotsky (1984, p. 39), afirma que: "É através do jogo que a criança aprende a agir, sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, pensamento, interação e da concentração". É importante que a escola ofereça subsídio para que a inclusão de crianças com autismo na educação infantil aconteça de forma que professores e alunos façam parte da inclusão. Para Friedmann (1996, p. 54):

A escola é um elemento de transformação da sociedade, sua função é contribuir, junto com outras instâncias da vida social, para que essas transformações se efetivem. Nesse sentido, o trabalho da escola deve considerar as crianças como seres sociais e trabalhar com elas no sentido de que sua integração seja construtiva.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

A inclusão torna-se uma prática de aprendizagem por meio do vivências que auxilia a criança a ter mais oportunidade e ao mesmo tempo a se relacionar com diversos conhecimentos práticos e teóricos vivenciados por ele na sala de aula. Para Belisário Júnior; Cunha (2010, p. 26):

Na inclusão escolar a criança com TEA tem a oportunidade de vivenciar a alternância entre aquilo que acontece todos os dias da mesma forma e aquilo que acontece de forma diferente. Essa alternância permite o acúmulo de experiência que irá tornar o ambiente social menos imprevisível.

A inclusão é uma prática de fundamental importância no processo de formação das crianças e do aluno em geral, pois, quando a criança tem contato com as outras crianças que a inclusão lhe oportuniza, inicia a compreensão do que ela vivencia e começa a fazer a relação aprendizagem e interação. É no momento da inclusão que o aluno vê realmente como é a realidade cotidiana e a complexidade da sua vivência em outro mundo diferente do dele. Moriña (2010, p. 17) afirma que:

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum.

De acordo com Menezes (2012, p. 51) não basta só incluir, é preciso avaliar se a inclusão está gerando aprendizagem, e experiências positivas, tanto para o aluno, quanto, para os demais envolvidos nesse processo:

É preciso então analisar a forma como a inclusão está sendo implementada, se está ou não gerando aprendizagem e se vem se configurando como uma experiência positiva, não só para os alunos, mas também para os demais envolvidos com a proposta (familiares, professores do ensino comum e especial), levando em consideração o momento em que a inclusão com frequência no espaço da escola comum será iniciada, além de outras variáveis.

Para Ropoli (2010, p. 90):

Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo. Este não pode se resumir às experiências acadêmicas, mas se ampliar para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. Sendo assim, as atividades de vida diária podem se constituir em currículo e em alguns casos, talvez sejam “os conteúdos” que serão ensinados.

Menezes (2012, p. 53) complementa que:

Uma inclusão realizada sem as devidas ponderações a respeito de todo o contexto em questão, pode se tornar a mais perversa das exclusões. Aquela que acontece dentro do ambiente escolar, em que o aluno é mantido na escola e ainda assim não consegue evoluir em seu processo. Em síntese, mediante minha experiência e análise do conteúdo teórico, pode-se dizer que para que o processo de inclusão escolar de alunos com autismo seja bem-sucedido é preciso atender a três condições básicas. São elas: 1) Conhecer e estudar as características comuns às pessoas com autismo; 2) Definir a forma de atendimento educacional a ser ofertado, concomitantemente com a turma comum e 3) Desenvolver estratégias adequadas de atuação pedagógica em sala de aula, respondendo às necessidades educacionais especiais de alunos com autismo, as quais devem ser avaliadas sistematicamente.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

Um dos grandes desafios da inclusão na Educação Infantil é ultrapassar os limites impostos pelo método tradicional de ensino, modelo esse que ainda consiste na divisão dos conteúdos para “criança normal” e “criança com necessidade educacional”. Pode-se dizer que as metodologias e práticas tradicionais que vem sendo aplicada na escola atual não tem nada a ver com a inclusão, e isso não é suficiente para um aprendizado significativo, necessitando assim de novos métodos que facilite a inclusão da criança e desperte a sua motivação. Para que a escola seja de fato inclusiva, ela precisa redefinir seus planos, livre de preconceitos e valorizar as diversidades nela inserida. Para Mantoan (2003, p. 36).

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existam para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados.

Como afirma Carneiro (2011, p. 89):

Em caso de alunos com deficiência, cada característica específica de aprendizagem deve ser considerada, passando por ações práticas na realização da aula, buscando metodologias, estratégias e recursos condizentes com as necessidades individuais, culminando em uma avaliação formativa que considere a evolução de cada um. É importante que a educação infantil se perceba imprescindível no desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência, considerando seu espaço privilegiado para oportunizar experiências significativas que possibilitarão a esses alunos permanecerem em níveis mais elevados de escolarização.

O papel da inclusão na Educação Infantil é propiciar a criança uma aproximação à realidade na qual ela precisa estar inserida, pois, a inclusão ainda nessa fase, facilita a vida de todos os envolvidos nesse processo.

As creches e escolas de educação infantil, dentro de sua atual e reconhecida função de cuidar e educar, não podem mais deixar de receber crianças PNEE, a partir de zero ano (art. 58, parágrafo 3o, LDB c.c. o art.2o, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 7.853/89), oferecendo-lhes cuidados diários 26 que favoreçam sua estimulação precoce, sem prejuízo dos atendimentos clínicos individualizados, que, se não forem realizados no mesmo ambiente, devem ser disponibilizados por meio de convênios, para sua facilitação.

A inclusão é algo que chegou para eliminar barreiras e oferecer condições de igualdade de vida para pessoas com deficiência. Bessa (2019, p.1) cita:

Logo, a inclusão social é o conjunto de medidas direcionadas a indivíduos excluídos do meio social, seja por alguma deficiência física ou mental, ou ainda, devido uma característica como cor da pele, condição sexual, gênero ou poder aquisitivo dentro da comunidade. Dessa forma, o objetivo dessas ações é possibilitar que todos os cidadãos tenham as mesmas oportunidades de acesso à bens e serviços, como saúde, educação, emprego, renda, lazer e cultura.

Silva *et al.* (2018, p. 3) diz o quanto “é necessária a criação de ações em diferentes áreas, em prol de rescindir o preconceito e a discriminação com as crianças autistas, para que as diferenças sejam respeitadas em classe e fora dela [...]”. Necessariamente o professor precisa se atualizar,
RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

inovar para que possa acontecer uma educação de qualidade em sala de aula, diante disso Glat, Nogueira, 2002, p. 27 afirma:

A política pública para a inclusão deve ser concretizada na formação de programas de capacitação e acompanhamento continua que orientam o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que visa beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mais, de uma forma geral, a educação escolar como um todo.

Fernandes (2020, p. 1) cita que em Michael Rutter, (1978), distingue “[...] o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, criando um marco na compreensão do transtorno”. Sabe-se que o aluno com autismo enfrenta muito preconceito, onde muitas vezes são consideradas pessoas incapazes de qualquer tipo de aprendizagem como afirma Cruz, (2014, p. 73):

Consideradas incapazes de qualquer tipo de aprendizagem, as pessoas com deficiência têm carregado este estereotipo ao longo dos processos históricos. Consequentemente escola e educadores reproduzem esse preconceito ao enfatizar a impossibilidade de ensino a estes indivíduos, motivo pelo qual grande parte das vezes desistiu-se de investir nos processos educacionais de ensino-aprendizagem para eles.

É sabido que o autista possui limitações, mas é possível superá-las quando a comunidade escolar luta em prol da superação dela. Carvalho (2008, p. 5) complementa afirmando que “a inclusão educacional exige que expliquemos dificuldades escolares não só tendo os alunos como foco, mas considerando as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas”. Martins e Monteiro (2017, p. 223), destacam que:

“[...] num caminho anteriormente visto como plano, alavancando o desenvolvimento da criança, principalmente nos casos [...] do autismo, no qual o papel da educação deverá ser mais atuante, pois a criança necessitará de um auxílio e envolvimento mais efetivo do outro”.

Seabra e Mendes (2009) explicam que “colocar um aluno com deficiência numa sala de aula sem oferecer recursos que possibilitem que ele enfrente as diferentes situações de forma funcionalmente competente pode não ser suficiente” Ao analisar as dificuldades encontradas na inclusão de crianças com autismo na educação Infantil, percebe-se a necessidade de buscar ferramentas que facilite a mesma, tendo sempre como foco, o interesse, a motivação no aprimoramento da aprendizagem do aluno e do professor.

Santos (2008, p. 30) afirma que considerando as dificuldades na aprendizagem do autista é responsabilidade do professor ter sempre uma atenção especial voltada para a aprendizagem destes alunos:

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo num grupo adequado, considerando a idade global, fornecida pelo PER-R, desenvolvimento e nível de comportamento. É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

Conforme Torres González (2002) para garantir que a escola seja de fato inclusiva é preciso promover modificações na dinâmica escolar, nas dimensões organizativas e no desenvolvimento profissional e curricular. Para Sasaki (2005, p. 21) a inclusão em qualquer Etapa da Educação precisa se adequar aos sistemas da sociedade de modo que ninguém fique de fora:

Portanto a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluam certas pessoas do seu seio e mantenham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e de suas origens na diversidade humana. Pois para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é quem precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

Para que o direito a inclusão seja garantido a todas as crianças é preciso que a escola constitua estratégias essenciais que garanta acesso a qualquer forma de escolaridade. Para Dyson (2001, p. 150) apud Sanchez (2005, p. 13):

O desenvolvimento de escolas inclusivas – escolas capazes de educar a todas as crianças – não é, portanto unicamente uma forma de assegurar o respeito dos direitos das crianças com deficiências de forma que tenham acesso a um ou outro tipo de escola se não que constituir uma estratégia essencial para garantir que uma ampla gama de grupos tenha acesso a qualquer forma de escolaridade.

É sabido que o acesso e a permanência de todos os alunos na escola são garantidos por lei, porém esses aspectos somente têm validade se o aluno, de fato, sentir acolhido por toda comunidade escolar e obter êxito em sua trajetória estudantil.

3.3 QUAL O PAPEL DO PROFESSOR E DA ESCOLA FRENTE À INCLUSÃO?

É imprescindível que o docente insira em seus conteúdos componentes curriculares voltados para a diversidade, pois assim, todos serão beneficiados. Por meio desses componentes o educador pode deixar as aulas mais dinâmicas e, prazerosa, criando espaços agradáveis que enriquecem o processo de ensino e aprendizagem, pois a diversidade em sala de aula é extremamente relevante para a aquisição da aprendizagem. Fonseca e Ciola (2014, p. 74):

Importante colocar que os componentes curriculares e seus conteúdos precisam ser mantidos por força de lei. As mudanças estarão na forma de apresentação das atividades, na visualização dos conceitos que serão ensinados e na proposta de ensino voltado para a diversidade.

A inclusão é papel da escola, professores, pais, e a sociedade em geral, pois é sabido que a escola precisa se adaptar aos alunos e não os alunos adaptar-se a ela! O direito à educação é indispensável e, por ser um direito garantido pela lei, a escola precisa ser para todos, sem discriminações, sem ensino à parte para “aluno normal” e “aluno especial”. Para Figueiredo (2010, p. 32) a escola precisa criar condições para que a inclusão de fato aconteça, vejamos:

Transformar a escola significa criar condições para que todos participem de contribuição do conhecimento independente de suas características particulares. A



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

inclusão requer também mudanças significativas na gestão da escola, tornando-a mais democrática e participativa, compreendendo o espaço da escola como um verdadeiro campo de ações pedagógicas e sociais no qual as pessoas compartilham projetos comuns.

Sabe-se que a escola ainda possui um modo bem ultrapassado de ensinar, onde separa os alunos em “normal e especial” e docente especialista, isso dificulta ainda mais a aprendizagem do aluno. Portanto faz-se necessário que a escola reveja seus conceitos de inclusão. Afirmar Morin, (2001), “pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se podem reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições”. Kelman *et al.* (2010, p. 226), afirma que:

Compete à escola adaptar-se para atender às capacidades e necessidades do estudante na classe comum, mobilizando ações e práticas diversificadas que, além do acesso, propicie condições de permanência exitosa no contexto escolar.

A escola precisa estar preparada pedagogicamente para receber todos, garantindo a eles um ensino de qualidade. Ainda para Mantoan (2003, p. 36):

A escola aberta a todos é o grande alvo e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação nestes novos tempos. Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais, a meu ver, são:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.
- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprova a repetência.
- Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições de estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

Hamze (2020, p. 1) diz que todos são cidadãos e possuem os mesmos direitos independente da capacidade mental:

As pessoas com necessidades educacionais especiais são cidadãos como quaisquer outros, possuidores dos mesmos direitos e com as mesmas regalias quanto às oportunidades disponíveis na sociedade, involuntariamente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento que apresentem. A pessoa com deficiência tem direito ao convívio não segregado e ao ingresso e acesso imediato aos recursos disponíveis facilitados aos demais cidadãos.

Cátia Aparecida Teles Frazão (2018, p.1) apresenta que é direito da criança ser incluído:

Examina-se que o direito ao acesso à educação é um direito social fundamental para a vida do indivíduo, sendo essencial para sua integração na sociedade e seu pleno exercício de cidadania. O Brasil possui o sistema público e privado de educação, onde o serviço público é mantido e prestado pelo estado e o privado é administrado e mantido por pessoa jurídica de direito privado. O surgimento da inclusão escolar fez com que as pessoas portadoras de deficiência tivessem seu direito de acesso à educação assegurado, e que as instituições de ensino não pudessem negar a realização da matrícula, sendo estas instituições obrigadas a prover meios necessários para permanência desses indivíduos em sala de aula, e a ajuda necessária para seu desenvolvimento. O objetivo da inclusão escolar é fazer com que a diversidade seja respeitada entre os cidadãos e que seus direitos não sejam violados, respeitando assim a singularidade de cada indivíduo. O que tem se observado é a constante ocorrência da segregação pedagógica onde as instituições



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

de ensino aceitam as pessoas com deficiência porque são obrigadas, porém não oferecem a mínima estrutura para que essa pessoa tenha seu devido acesso ao ambiente escolar, o que torna impossível manter a pessoa com deficiência na escola, um total descaso.

Para Tibyriçá (2011, p. 11). Devem ser integrados ao ensino regular todos os alunos, e com a educação infantil não é diferente, mesmo aqueles com transtorno do espectro autista.

Na proposta de educação inclusiva todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências ou transtornos de comportamento, de preferência sem defasagem idade-série. A escola, segundo essa proposta, deverá adaptar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares. Portanto, requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação dos professores e nas relações família-escola. A principal importância é considerar as características de cada criança, garantindo o convívio entre crianças e adolescentes com e sem deficiência, com aprendizado do respeito e da tolerância às diferenças.

Cabe destacar que mesmo sendo assegurado o processo de inclusão a todos os alunos em escolas comuns a partir de inúmeras legislações decretadas e apesar dos vários centros de pesquisa nacional com o objetivo de apontar caminhos para a formação inicial e continuada dos professores, analisa que nem todas as escolas se sentem seguras para acolher os alunos que precisam ser incluídos e diante desse obstáculo, deixam de desenvolver um trabalho pedagógico centrado na aprendizagem da criança com autismo, respeitando suas individualidades e limitações, pois não sabe lidar com esses alunos. Nessa perspectiva, Carvalho (2000, p. 2) afirma que para uma escola ser inclusiva ela:

Respeita as peculiaridades e/ou potencialidade de cada aluno, organiza o trabalho pedagógico centrado na aprendizagem do aluno, onde este é percebido como sujeito do processo e não mais como objeto e o professor torna-se mais consciente de seu compromisso político de equalizar oportunidades envolve também, a construção do conhecimento, igualmente fundamental na instrumentalização da cidadania.

Percebe-se que entre os vários aspectos importantes na construção de educação inclusiva é preciso discutir a gestão escolar, o desenvolvimento profissional do professor e o currículo como fatores de mudanças para atender à diversidade de alunos, na busca de gerar propostas aos desafios de uma escola de qualidade para todos.

Segundo Beyer (2007, p. 12), “os professores se sentem despreparados [...]. Faltam a estes uma melhor compreensão acerca da proposta de inclusão escolar, melhor formação conceitual e condições mais apropriadas de trabalho”. A Declaração de Salamanca, (1994, p. 37) esclarece que “a preparação adequada de todos os profissionais da educação é [...] um dos fatores-chaves para propiciar a mudança”. Para que todos os princípios da inclusão sejam cumpridos, é preciso um processo de ressignificação do contexto escolar, ou seja, uma reflexão sobre o real papel da escola, do professor, do conhecimento, do processo de desenvolvimento e aprendizagem, voltado para a compreensão da diferença humana em sua complexidade. A escola inclusiva precisa trazer em seu bojo, o atendimento para todos, ou seja, ela precisa ser uma escola que respeita as diferenças e supera a exclusão. Segundo Silva, (2012, p. 233):



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

A inclusão é política que busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos, em sala de aula comuns em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Na proposta de educação inclusiva todo deve ter a possibilidade de integra-se a um ensino regular, mesmo aquelas com deficiências ou transtorno do comportamento sem defasagem de idade em relação à série.

Para Mantoan (2003, p. 81) “[...] resignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis”. Complementa ainda que “[...] a inclusão não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda [...]”. De acordo com Vitta e Monteiro (2010) “a educação infantil é importante para o desenvolvimento de qualquer criança, especialmente para aquelas com necessidades educativas especiais, o que inclui o autismo”. Quando o professor der ênfase ao processo de inclusão em sala de aula, o processo da aprendizagem torna-se mais envolvente, é isso que as crianças esperam da escola, um espaço onde elas possam extravasar suas emoções, suas curiosidades, suas alegrias, e suas limitações. De acordo com Orrú, (2012, p. 12):

A interação entre o professor e seu aluno é fundamental. No caso de crianças com TEA nem sempre o professor vê atitudes que demonstram uma ação de reciprocidade vinda de seu aluno [...] após a identificação de tal interesse, o professor organiza em seu contexto o ambiente para a aprendizagem, as motivações precisam ser trabalhadas por meio de conteúdos e materiais diversos, valorizando toda ação realizada por seu aluno, por meio da sua mediação.

Segundo Macedo (2005) o professor tem dificuldade para lidar com o processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares no procedimento de inclusão. Para Freire, (2004, p. 39):

O ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais em uma turma, muitas vezes pode levar o professor a promover alterações em diferentes dimensões pedagógicas, pois como gestor de sua sala de aula (que a própria identidade do seu trabalho lhe concede), ele deverá ser claro que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”.

Diante de toda essa concepção de estudos em relação ao processo de inclusão, o professor precisa ser cauteloso neste processo, é preciso que tenha domínio das práticas, ou seja, todo um cuidado para a obtenção de bons resultados e conheça o grau das limitações de seus alunos e que tenha apoio pedagógico para que possa dar o devido suporte ao aluno com TEA quando for o caso. Cunha (2014, p. 55):

Enquanto o aluno com autismo não adquire a autonomia necessária, é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula. Na escola inclusiva, é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e, ainda, propiciar uma educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deverá possuir o gene da qualidade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

Cunha (2014, p. 68) complementa que:

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui uma forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber.

Como afirma Orrú (2003, p. 1):

É importante que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto a pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém tais conhecimentos deve servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas.

Para que a construção da competência do professor atenda às necessidades educacionais especiais, é preciso que as práticas pedagógicas superem as discriminações e exclusões: A inclusão pode ser para o professor um espaço de observação e reconhecimento às competências de como ensinar, respeitando as fases de desenvolvimento de cada criança e junto com eles aprendendo muito mais, pois ensinar também é aprender.

Percebe-se que alguns professores ainda não estão completamente preparados para trabalhar com a inclusão na Educação Infantil e apenas nomeia atividades que nada acresce nosaber da criança. Orrú (2012, p. 9) ressalta a importância da mediação do professor no processo de ensino aprendizagem da criança e principalmente da criança portadora do autismo:

O professor em sua relação com o aluno conduz a apreensão dos significados tomados, também dos conceitos elaborados, além de fazer uso de instrumentos e da sua própria linguagem em seu processo de ensino e aprendizagem, tornando o conhecimento mais acessível.

Verem-se também muitos aspectos preocupantes quanto ao ensino de alguns professores que veem a inclusão na Educação Infantil como um passatempo, um “descanso dos pais” enquanto a criança estar na escola. Fazem uso de recursos que nada acrescenta na vida das crianças, que não estimulam a criatividade e a capacidade, não abrindo portas para que os alunos aprendam e sejam integrados de forma adequada à aprendizagem de cada um. Para Bayer, (2007, p. 80) para que a inclusão seja de “verdade” tanto a formação inicial como a formação continuada do professor precisam englobar uma prática educativa coerente com o processo inclusivo, vejamos:

O professor em sala de aula é peça fundamental para que a ação educativa junto aos alunos com necessidades educacionais especiais tenha margem razoável de sucesso. Assim, tanto a formação inicial como a formação continuada do professor em serviço devem englobar conceitos e uma prática pedagógica que criem as condições para uma prática educativa coerente com o projeto inclusivo.

Para Correia (2008, p. 47), com a educação inclusiva é preciso que a escola e professores sejam desafiados a buscarem subsídios que busquem atender as particularidades do aluno autista. Vejamos nas palavras dele:

“Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca à própria escola e aos serviços de apoio”. Planificar a aprendizagem e a participação de todos os alunos sem recorrer a respostas estereotipadas e pré-definidas, procurar as melhores



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

formas de adaptar ou modificar o currículo à diversidade das necessidades dos alunos, trabalhar em articulação com outros profissionais ou serviços, promover a colaboração e partilha de informações e experiências entre professores, dinamizar a produção de materiais curriculares, a observação mútua de aulas, a emergência de parcerias pedagógicas, incentivarem a experimentação e inovação pedagógica.

Ver-se a necessidade dos educadores diante desse contexto estar abertos aos novos paradigmas da inclusão, demonstra-se necessário no processo de inclusão à formação dos agentes envolvidos no método, bem como o planejamento da escola a fim de superar os desafios atribuídos pelas mudanças no campo educacional advindos dos avanços inclusivos, para que a escola possa promover a inclusão de forma expressiva. Vasques; Baptista (2003, p. 9) diz:

[...] mais que um exercício de cidadania, ir à escola, para as crianças com psicose infantil e Autismo poderá ter valor constitutivo, onde, a partir da inserção escolar seja possível uma retomada e reordenação da estruturação psíquica do sujeito.

O processo de formação do educador não se nasce com ele, é preciso continuar inovando e a experiência em sala de aula também contribui. De acordo com esse texto Tardif (2008, p. 14) afirma que:

[...] o saber dos professores não é um conjunto de conteúdos cognitivos definidos de uma vez por toda, mas um processo em construção ao longo de sua carreira profissional, na qual o professor aprende progressivamente a dominar o seu ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo em que se insere e o inferioriza por meio de ação que se torna parte de sua convivência prática.

A escola precisa oferecer ensino de qualidade, além de professor preparado para todos os envolvidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de analisar a necessidade da Inclusão de crianças com Autismo ainda na Educação Infantil, englobando as dificuldades da escola, do aluno e do professor, frente a uma inclusão de verdade, onde gere benefícios a todos e principalmente ao alunado. Com o desenvolvimento deste artigo, buscou-se levantar questões relevantes sobre as concepções para a Inclusão na Educação Infantil. A inclusão na Educação Infantil tem se tornado uma ferramenta de extrema relevância para o desenvolvimento integral na vida das crianças, pois tem se mostrado o quanto é benéfico em sala de aula para o processo de ensino aprendizagem e interação. Considera-se, portanto, que a criança estabelece, com a inclusão, uma relação natural e consegue extravasar seus medos e angústias por meio da interação com a diversidade, onde a criança envolve-se e partilha.

As atividades voltadas para a diversidade na educação é uma forma de dar oportunidade às crianças de se relacionarem entre si, com os outros e com os conteúdos, ou seja, é por meio do uso delas que as crianças se beneficiam para vivenciar e compreender seu processo inclusivo. O trabalho com a inclusão na educação infantil requer uma profunda atenção no que se refere ao respeito das peculiaridades e esquemas de conhecimento próprio a cada faixa etária e nível de desenvolvimento. Enfim, a utilização das atividades diversificadas pelos professores os auxilia a criar e buscar novos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

resultados para as situações encontradas no cotidiano escolar, também é considerada uma ferramenta que promoverão a eficiência no aprendizado.

O resultado de pesquisa feita para a elaboração do trabalho sugere que o tema contribuiu para melhor favorecer o desenvolvimento dos professores e alunos. As análises teóricas colaboraram relevantemente para que o uso de conteúdos voltados para a diversidade seja objeto de interesses e de estudos para muitos teóricos e educadores, e ainda, eles podem ser adotados pela escola na modalidade infantil como uma ferramenta de ensino que constrói conhecimentos.

Observou-se que para o professor de educação infantil o importante é que eles favoreçam as crianças com ou sem deficiência, uma alfabetização mais prazerosa sem impedir ou forçar as crianças a lerem ou escreverem e, respeitar o ritmo próprio e suas potencialidades sempre dando condições cognitivas e afetivas para que possam construir novos conhecimentos. Conclui-se que para uma inclusão de qualidade é necessário que a escola esteja aberta ao diálogo, busque estratégias de ensino que facilitem a aprendizagem do aluno e o modo de ensinar.

REFERÊNCIAS

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: Transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. 43 p.

BESSA, L. **O que é inclusão social**: Afinal, o que é inclusão social. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/inclusao-social/>. Acesso em: 20 maio 2022.

BEYER, H. O. A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial: **Revista inclusão**, v. 2, p. 8-12, 2007.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000. 121 p.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão**: Experiências no Ensino Regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila).

FONSECA, M. E. G.; CIOLA J. C. B. Vejo e Aprendo: Fundamentos do Programa. *In*: TEACCH, O. **O ensino estruturado para pessoas com autismo**. Ribeirão Preto: Book Toy, 2014.

FRAZÃO, Cátia Aparecida Teles. O direito ao acesso à educação da pessoa com transtorno espectro autista (TEA) após a Lei Berenice Piana nº 12.764/12: violação de preceito fundamental ou descumprimento de relação contratual. **Jus**, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73835/o-direito-ao-acesso-a-educacao-da-pessoa-com-transtorno-espectro-autista-tea-apos-a-lei-berenice-piana-12-764-12-violacao-de-preceito-fundamental-ou-descumprimento-de-relacao-contratual>. Acesso em: 12 mar. 2022.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FRIEDMANN, A. **Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna, 1996.

GAUDERER, E. C. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Neuton/Downloads/AUTISMO%20REGULAR.pdf>. Acesso em 23 maio 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R.; NOGUEIRA M. L. L. Políticas Educacionais e a Formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, Brasília, ano 14, n. 24, 2002.

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Grupo Cultural, 2014. 574 p

HAMZE, A. Integração ou inclusão? **Brasil Escola**, 2020. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/integracao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2022.

KELMAM, C. A.; ALBUQUERQUE, D.; BARBATO, S. (Org.). **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010.

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28 p. 3-11, 2006.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiências**. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiana escolar)

MARCHESI, A. **O que será de nós, os maus alunos?** Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARTINS, A. D. F.; MONTEIRO, M. I. B. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 215-224, 2017.

MENEZES, A. R. S. de. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?** 2-12. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MORGADO, José Carlos. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora. 2008.

MORIÃO, A. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, n. 1, p. 16-25, jan./jul. 2010.

ORRÚ, S. E. A formação de professores e a Educação de autistas. **Revista Ibero-americana de Educación** (online), Espanha, v. 31, p. 01-15, 2003.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, ed. Especial, 2005.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Josilania Alves Moreira Silva, Daniela Soares Leite

SANTOS, A. M. T. dos. **Autismo**: desafios na alfabetização e no convívio escolar. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Distúrbios de Aprendizagem) - Centro de Diferencia em Distúrbios de aprendizagem (CRDA), São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.crda.com.br/tccdac/22.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SASSAKI, R. K. Inclusão: O paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**, Brasília, p. 19-23, out. 2005.

SILVA, A. B. B. **Mundo Singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontana, 2012.

STRIEDER, R. **Diretrizes para elaboração do projeto de pesquisa**. Joaçaba: Ed.UNOESC, 2009.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

TELES, L. **Sintomas de autismo**. [S. l.: s. n.], 2015 Disponível em <http://www.leandroteles.com.br/blog2015/01/08/meufilhoautista>, Acesso em: 09 abr. 2022.

TIBYRIÇÁ, Renata Flores et al. Direitos das pessoas com autismo. **Revista Autismo**, São Paulo, v. 1, p. 112, mar. 2011.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A. Identificação dos Primeiros Sintomas do Autismo pelos Pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 25-33, 2014.